**UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM PESQUISAS CIENTÍFICAS: BENEFÍCIOS PARA
HUMANOS E O FLAGÍCIO PARA O ANIMAL.**

***USE OF ANIMALS IN SCIENTIFIC RESEARCH: BENEFITS FOR HUMANS AND
FLIGENCE FOR THE ANIMAL.***

Náila Godinho Teixeira Doi ¹

Orientadores:

Cristian Kiefer Da Silva

Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise crítica sobre manipulação do uso da vida animal na utilização de pesquisas científicas e a relevância da regulamentação de leis que contemplem a proteção da vida animal. A Constituição Federal, proíbe toda e qualquer prática que os submeta animais à crueldade e o artigo 32 da Lei n. 9.605/98 considera crime toda conduta que os maltrate. Em contrapartida presencia-se a exploração institucionalizada dos animais que é largamente permitida por outras leis infraconstitucionais, a exemplo do Código Civil, que em seu artigo 441, regula os vícios redibitórios inerentes, trata os animais como bens semovente, bem como o artigo 1.442 do mesmo Código, que admite que os animais sejam objeto de penhor agrícola. A humanidade adotou por prática fazer experimentação da vida animal desde os primórdios. Na medicina todo o flagício causado à vida animal se justifica pelo bem maior proporcionado à existência humana. Optou-se pela pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa para desenvolver o tema do presente artigo por meio da pesquisa bibliográfica selecionada de forma reflexiva.

Palavras-chave: direito animal; pesquisa científicas; experimentação animal; crueldade.

ABSTRACT: *This work aims to make a critical analysis of the manipulation of the use of animal life in the use of scientific research and the relevance of regulating laws that cover the protection of animal life. The Federal Constitution prohibits any and all practices that subject animals to cruelty and article 32 of Law no. 9,605/98 considers*

¹ Náila Godinho Teixeira Doi. Graduanda em Direito pelo Centro Universitário UNA Aimorés, Belo Horizonte, 2023. Email: naila.godinho@yahoo.com.br. Sob a orientação do Prof. Dr. Cristian Kiefer da Silva.

any conduct that mistreats them as a crime. On the other hand, we witness the institutionalized exploitation of animals, which is largely permitted by other infra-constitutional laws, such as the Civil Code, which in its article 441, regulates the inherent redibitory vices, treats animals as moving goods, as well as article 1,442 of the same Code, which allows animals to be subject to agricultural pledge. Humanity has adopted the practice of experimenting on animal life since the beginning. In medicine, every scourge caused to animal life is justified by the greater good provided to human existence. We opted for descriptive research, with a qualitative approach to develop the theme of this article through bibliographical research selected in a reflective way.

Keywords: *animal law, scientific research, animal experimentation, cruelty.*

SUMÁRIO: 1 INTRODUÇÃO; 2 MAUS TRATOS OU CIÊNCIA; 3 A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA PESQUISA CIENTÍFICA; 4 CONSEQUÊNCIAS PELO DESCUMPRIMENTO DA LEI 11.794/2008; 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS; REFERÊNCIAS.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise crítica sobre manipulação do uso da vida animal na utilização de pesquisas científicas considerando o significado do termo “maus tratos” dentro da perspectiva da legislação vigente e a relevância da regulamentação de leis que contemplem a proteção da vida animal. A Constituição Federal, proíbe toda e qualquer prática que os submeta animais à crueldade e o artigo 32 da Lei n. 9.605/98 considera crime toda conduta que os maltrate.

Em contrapartida presencia-se a exploração institucionalizada dos animais que é largamente permitida por outras leis infraconstitucionais, a exemplo do Código Civil, que em seu artigo 1.442, trata os animais como bens e admite que os animais sejam objeto de penhor agrícola.

O uso da vida animal como cobaias em diversos procedimentos dolorosos, causa sensibilidade ao olhar apurado de quem se solidariza com o sofrimento desses seres subjugados, condicionados ao domínio da mão de quem se beneficia da exploração de suas vidas. O animal é submetido ao cárcere, é privado de seu direito à vida, causam-lhe doenças propositais degenerativas, infecciosas, lesões, experiências dolorosas, que os levam até a morte e com sofrimento.

Em defesa dos experimentos, cientistas apontam justificativas sobre os consideráveis avanços na medicina, que se deram por experimentação da vida animal. A palavra "desconforto" é utilizada, para pontuar reação das cobaias mediante aos estímulos dos testes cujo termo correto é "dor" uma vez que o animal tem o grau de sofrimento, angústia, e a ciência em prol de seus achados nega veementemente a prática de maus-tratos se valendo das brechas da lei para se manterem disfarçados na prática cruel de ceifar vidas de incapazes em prol da evolução científica. Na ciência humana, todo o flagício causado à vida animal se justifica pelo bem maior proporcionado à existência humana. A humanidade adotou por prática fazer experimentação da vida animal desde os primórdios. As leis ambientais surgem da necessidade de educar, proteger, regulamentar o uso indiscriminado dos recursos da natureza, no trato com a fauna, com a flora.

A sociedade necessita ressignificar os conceitos sobre meio ambiente e da propagação da ideia de que este e seus recursos são bens fundamentais à existência da vida humana. Frente a isto, para essa pesquisa se efetivar buscou-se, inicialmente, analisar, refletir sobre as determinações legais e a perspectiva histórica do direito dos animais.

Diante todo avanço tecnológico alcançado na contemporaneidade, o ser humano, é o único ser que para se manter vivo aprisiona, subjuga e extingue as demais espécies com as quais convive. Os animais sofrem cada vez mais nas mãos humanas, vítimas da ambição, sagacidade e ânsia do ser humano por conhecimento, por vaidade. Experimentos dolorosos infringidos aos animais, justificados pela constante busca do aperfeiçoamento, ignorando as consequências de suas intervenções.

Para a realização deste trabalho optou-se pela pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa para desenvolver o tema do presente artigo por meio da pesquisa bibliográfica selecionada de forma reflexiva. Também foi realizado um levantamento dos trabalhos relacionados ao tema desta pesquisa nos sites Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Scielo. Foram encontradas publicações, utilizando os descritores: maus tratos, direito animal, experimentação animal.

O objetivo geral do estudo é analisar criticamente a garantia do direito animal observando seus principais dispositivos para a conscientização, fiscalização, punição e responsabilização da sociedade e do Estado de garantir a proteção aos

animais diante a exploração de suas vidas em experimentos científicos. Os objetivos específicos são: discutir sobre a história de construção dos direitos animais; pontuar a legislação ambiental e os principais dispositivos relacionados aos direitos de proteção aos animais por parte da sociedade e do estado analisando a viabilidade da lei no que consta da garantia dos direitos dos animais.

2. MAUS TRATOS OU CIÊNCIA

A Constituição Federal de 1988 preconiza em seu "Título VIII" que vislumbra a ordem social o "Capítulo IV" voltado à ciência, tecnologia e inovação, o qual defende que o Estado tem o dever de fomentar e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, garantindo que a pesquisa científica e tecnológica receba tratamento primordial, visando o bem público e o progresso da ciência, da tecnologia e da inovação.²

No tocante ao aclamado incentivo ao aperfeiçoamento em busca da evolução do conhecimento, ressalta-se que os citados direitos não podem ser absolutos, devem, porém, estar em consonância com as demais normas constitucionais, em específico, as regras de proteção ao meio ambiente.

Portanto, para que os citados códigos constitucionais possam ser observados pelos Poderes Estatais, optou o constituinte nativo adicionar no mesmo "Título VIII" da Carta Magna de 1988, o "Capítulo VI" voltado ao meio ambiente, de modo que todas as temáticas voltadas ao mesmo contexto pudessem harmonizar-se com a ordem constitucional.

Dessa forma, de acordo com o disciplinado pelo artigo 225, § 1º, VII, da nossa CF/88, ao poder Público e à coletividade cabem a defesa e a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, até mesmo por se tratar de bem de uso comum do povo, sendo este essencial à qualidade de vida. O Estado deve ter como objetivo, a proteção da fauna e a flora, sendo vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.³

O uso de animais em experiências científicas é uma prática que realiza intervenções em animais vivos ou não com a finalidade de beneficiar o

² CRFB/888, artigo2188 e§ 1º..

³ CRFB/888, artigo2255,§ 1ºº, inciso VII.

conhecimento científico. Procedimento que faz parte da prática humana desde a antiguidade, na atualidade traz a luz a discussão entre a comunidade acadêmica e a sociedade protetora dos animais, o sofrimento ao qual são submetidos os animais em nome da ciência. Diante o avanço tecnológico e social, se faz necessário ainda ceifar vidas por meio de sofrimento para se alcançar resultados. Com tantas significativas inovações, os cientistas ainda não abriram novas portas para testes sem uso de vidas, alternativas eficazes que possam proporcionar resultados benéficos para humanidade sem atos de crueldade mesmo que pelo bem da ciência. Buscando significar o termo “maus tratos” de acordo com definição social, foi realizada breve busca em dicionário *on line*, consultou-se o site CRIMLAB- Grupo de estudos em criminologia contemporânea, onde consta um dicionário criminológico que nas palavras de SCHEFFER (2020) é definido como:

Quaisquer atos, comissivos ou omissivos, dolosos ou culposos, que causem dor ou sofrimento físico e/ou psicológico ou que resultem na morte de animais. Os maus-tratos aos animais não-humanos apresentam-se em grande número e de diversas formas: abandono, negligência, espancamentos, mutilações, queimaduras, tráfico de animais silvestres, zoofilia, promoção de rinhas, esgotamento de matrizes devido à exaustiva reprodução, caça ilegal e uso de animais para fins recreativos, entre outros. Podem também ser mencionadas certas atividades ou procedimentos considerados legais do ponto de vista jurídico, mas que ultimamente têm gerado protestos e repulsa em vários setores da sociedade: as pesquisas com animais em laboratórios, a morte lenta e cruel nos abatedouros, a fistulação de bovinos, as vaquejadas e as touradas, entre outros. (SCHEFFER, 2020).

Portanto de acordo com a descrição, qualquer ato que cause dor ou sofrimento físico a uma vida fica caracterizado, como maus tratos, porém, a hegemonia humana argumentando sobre sua superioridade, com a máxima pelo bem da ciência, mantém o domínio de outras espécies tornando-as vulneráveis a todo tipo de exploração. Consumindo seus corpos, transformando-os em subprodutos, tiram-lhes o direito à vida, à saúde, à procriação, até os filhotes são abatidos, dissecados, explorados nas mais diversas formas de crueldade.

O animal não é visto como um ser de direito. Em todas as formas de agressões às quais são submetidos, não há o reconhecimento do ato, pouco se reconhece a ação como crime contra vida. Pontuam com insignificância, onde a dor, o sofrimento, são banalizados, minimizados e justificados como na ciência, um sacrifício pelo bem maior.

3. A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA PESQUISA CIENTIFICA

Anestésicos não diminuem a proporção do dano causado a vida, a legislação como significativo avanço em prol da triste realidade a qual os animais são submetidos, apresenta fragilidades. Pontua a proteção em suas linhas, corroborando com atos que ceifam a vida dos animais perpetuando a máxima, prevalece o domínio do mais evoluído. É o que verificamos na letra da LEI Nº 11.794, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008.

Art. 14. O animal só poderá ser submetido às intervenções recomendadas nos protocolos dos experimentos que constituem a pesquisa ou programa de aprendizado quando, antes, durante e após o experimento, receber cuidados especiais, conforme estabelecido pelo CONCEA.

§ 1º O animal será submetido a eutanásia, sob estrita obediência às prescrições pertinentes a cada espécie, conforme as diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia, sempre que, encerrado o experimento ou em qualquer de suas fases, for tecnicamente recomendado aquele procedimento ou quando ocorrer intenso sofrimento.

§ 2º Excepcionalmente, quando os animais utilizados em experiências ou demonstrações não forem submetidos a eutanásia, poderão sair do biotério após a intervenção, ouvida a respectiva CEUA quanto aos critérios vigentes de segurança, desde que destinados a pessoas idôneas ou entidades protetoras de animais devidamente legalizadas, que por eles queiram responsabilizar-se.

§ 3º Sempre que possível, as práticas de ensino deverão ser fotografadas, filmadas ou gravadas, de forma a permitir sua reprodução para ilustração de práticas futuras, evitando-se a repetição desnecessária de procedimentos didáticos com animais.

§ 4º O número de animais a serem utilizados para a execução de um projeto e o tempo de duração de cada experimento será o mínimo indispensável para produzir o resultado conclusivo, poupando-se, ao máximo, o animal de sofrimento.

§ 5º Experimentos que possam causar dor ou angústia desenvolver-se-ão sob sedação, analgesia ou anestesia adequadas.

§ 6º Experimentos cujo objetivo seja o estudo dos processos relacionados à dor e à angústia exigem autorização específica da CEUA, em obediência a normas estabelecidas pelo CONCEA.

§ 7º É vedado o uso de bloqueadores neuromusculares ou de relaxantes musculares em substituição a substâncias sedativas, analgésicas ou anestésicas.

§ 8º É vedada a reutilização do mesmo animal depois de alcançado o objetivo principal do projeto de pesquisa. (BRASIL, 2008).

O contraditório é saber que a legislação traz respaldo legal em suas entrelinhas para perpetuação dos atos cruéis. A sociedade amadureceu ao ponto de reconhecer em termos o impacto das ações sob a vida das demais espécies, porém, há um longo caminho até a real aplicação das leis de forma literal respaldando e respeitando de fato os seres mais frágeis. A Lei Estadual nº 22.231, de 20/07/2016 / MG dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Estado de Minas Gerais e dá outras providências, lendo o texto e analisando a realidade social, percebe-se o

quanto o ato do mau trato ao animal está enraizado nas vivências cotidianas da humanidade.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º – São considerados maus-tratos contra animais quaisquer ações ou omissões que atentem contra a saúde ou a integridade física ou mental de animal, notadamente:

I – privar o animal das suas necessidades básicas;

II – lesar ou agredir o animal, causando-lhe sofrimento, dano físico ou morte, salvo nas situações admitidas pela legislação vigente;

III – abandonar o animal;

IV – obrigar o animal a realizar trabalho excessivo ou superior às suas forças ou submetê-lo a condições ou tratamentos que resultem em sofrimento;

V – criar, manter ou expor animal em recinto desprovido de segurança, limpeza e desinfecção;

VI – utilizar animal em confronto ou luta, entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;

VII – provocar envenenamento em animal que resulte ou não em morte;

VIII – deixar de propiciar morte rápida e indolor a animal cuja eutanásia seja necessária e recomendada por médico veterinário;

IX – abusar sexualmente de animal;

X – promover distúrbio psicológico e comportamental em animal;

XI – outras ações ou omissões atestadas por médico veterinário.

Art. 2º – A ação ou omissão que implique maus-tratos contra animais sujeitará o infrator às sanções previstas no art. 16 da Lei nº 7.772, de 8 de setembro de 1980. (ALMG. 2016).

De acordo com GUIMARÃES, FREIRE E MENEZES, 2016, a primeira documentação no Brasil, falando sobre proteção animal data de 6 de outubro do ano de 1886, antes mesmo da abolição da escravatura. O documento determinava punição à atos de maus tratos à animais utilizados em serviços de transporte da época:

... a primeira documentação que versava acerca de proteção aos animais, datada de 6 de outubro de 1886, época em que a escravidão estava por ser abolida no país, constava no Código de Posturas do Município de São Paulo. O artigo 220 do código coibia atos de maus-tratos, como castigos bárbaros e imoderados, em animais utilizados por cocheiros, ferradores, cavaleiros ou condutores de veículo de tração animal visto que, até então, nos primórdios da era republicana e com a difusão dos veículos movidos a tração animal, eram comuns, dada a ausência de legislação, atos impunes de abusos e maus-tratos. (FREIRE. 2016).

Em 1916, o Código Civil depreende-se que animais eram considerados objetos de propriedade. Em 1924 o Decreto 16.590 proibia toda e qualquer diversão que fosse promovida com ato de crueldade, através do sofrimento animal, por meio de maus tratos. Em 1934 foi promulgado o decreto que determinava tutela do estado sobre os animais em situação de abandono, vítima de atos de crueldade e violência.

Em 1941, foi sancionado o Decreto-Lei 3.688, conhecido como Lei das Contravenções Penais, que dentre muitas penalidades, estabelecia a prisão simples aos atos de crueldade contra animais, independentemente da finalidade didática ou científica do ato.

Outras legislações foram surgindo de acordo com a necessidade de atendimento da sociedade, como a Lei de Proteção à Fauna (Lei 5.197/1967). Em 1973 o Projeto de Lei 1.507 foi apresentado em agosto do mesmo ano, obtendo mais tarde, em 1979, a promulgação da Lei 6.638, que trata das permissões e procedimentos para prática de experimentação animal em todo o território nacional, devendo ser registrados em órgão competente os biotérios e os centros de experiências e demonstrações com animais. Sendo a primeira a estabelecer normas diretamente aplicáveis à prática de experimentação em animais com finalidade didático-científica no Brasil.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos. (BRASIL, 1988).

No ano de 2008 foi promulgada a Lei Arouca fruto da concentração de debates a respeito do uso de animais em pesquisas científicas, sendo a primeira a estabelecer normas diretamente aplicáveis à prática de experimentação em animais com finalidade didático-científica, autorizando a prática vivisseccionista excepcionalmente em estabelecimentos de ensino superior. A promulgação da lei progrediu consideravelmente com o estabelecimento de normas empregadas para proteção dos animais utilizados em pesquisas científicas ou em centros universitários, visto que proíbe a experimentação animal sem o emprego de anestesia ou aclimação dos animais aos biotérios por período de quinze dias. Além de os procedimentos didático-científicos somente serem permitidos mediante garantia de cuidados especiais com animais durante toda a realização do protocolo experimental. Em seu artigo primeiro, a Lei Arouca determina diretrizes para experimentos no território nacional:

Art. 1º A criação e a utilização de animais em atividades de ensino e pesquisa científica, em todo o território nacional, obedece aos critérios estabelecidos nesta Lei.

§ 1º A utilização de animais em atividades educacionais fica restrita a:

I – estabelecimentos de ensino superior;

II – estabelecimentos de educação profissional técnica de nível médio da área biomédica. (BRASIL, 2008)

O contraditório na legislação é refletir sobre a especificidade do ato. A lei determina ações contra atitudes que infrinjam sofrimento à um animal, à atos de crueldade, porém, para que se obtenha resultados em pesquisas que beneficiam a vida humana, vidas de animais são descartáveis. Sendo sua espécie frágil diante o domínio da espécie humana, este exposto à situação de dor sucumbe a seu predador “O homem”. A manipulação da legislação oferta ao ser humano livre manuseio da vida animal com a prerrogativa do avanço científico para respaldar o que não deixa de ser crueldade. Em suma, sacrifica-se o mais fraco pelo bem do mais ávido.

A Resolução nº 1236, de 26 de outubro de 2018, do Conselho Federal de Medicina Veterinária define maus-tratos contra animais qualquer ato, direto ou indireto, comissivo ou omissivo, que intencionalmente ou por negligência, imperícia ou imprudência provoque dor ou sofrimento desnecessários aos animais. A Resolução considera abuso qualquer ato intencional, comissivo ou omissivo, que implique no uso despropositado, indevido, excessivo, demasiado, incorreto de animais, causando prejuízos de ordem física e/ou psicológica, incluindo os atos caracterizados como abuso sexual. Maus tratos e abuso contra animais são definidos como crime, no art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Apesar da criminalização das condutas, as penas cominadas não vêm cumprindo sua função, como demonstramos a seguir. Uma das funções da pena é prevenir a prática do crime. No caso específico da conduta de praticar abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 não cumpre esta função. (BRASIL, 2018).

Avanços, evoluções, descobertas científicas são anunciadas na mídia, Cientistas renomados desenvolvendo estudos que contribuem para para a validação dos métodos científicos com o uso de animais. A sociedade científica construiu seu saber em experimentos ao estabelecer relações entre as enfermidades humanas e as doenças dos animais. No passado os animais eram usados e descartados sem critérios ou respeito pela vida. Hoje em dia sabe-se que são seres com consciência do que acontece ao redor deles. Sentem medo, angústia, dor, o que difere o animal do humano em alguns experimentos científicos da atualidade é que o ser humano se apresenta como voluntário o animal não tem essa opção.

art. 13. Qualquer instituição legalmente estabelecida em território nacional que crie ou utilize animais para ensino e pesquisa deverá requerer credenciamento no CONCEA, para uso de animais, desde que, previamente, crie a CEUA.

§ 1º A critério da instituição e mediante autorização do CONCEA, é admitida a criação de mais de uma CEUA por instituição.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º deste artigo, cada CEUA definirá os laboratórios de experimentação animal, biotérios e centros de criação sob seu controle.(BRASIL. LEI nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.)

Art. 14. O animal só poderá ser submetido às intervenções recomendadas nos protocolos dos experimentos que constituem a pesquisa ou programa de aprendizado quando, antes, durante e após o experimento, receber cuidados especiais, conforme estabelecido pelo CONCEA.

§ 1º O animal será submetido a eutanásia, sob estrita obediência às prescrições pertinentes a cada espécie, conforme as diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia, sempre que, encerrado o experimento ou em qualquer de suas fases, for tecnicamente recomendado aquele procedimento ou quando ocorrer intenso sofrimento.(BRASIL, 2008).

Em experimentos de pesquisa científica para promoção do bem social, os animais são submetidos à uma infinidade de procedimentos em estudos sendo alguns relacionados à irritação cutânea, a queimaduras causadas pelo sol, pesquisas sobre toxicidade reprodutiva, estudos sobre mecanismo da dor, doenças crônicas, que envolvam aprendizagem. A ciência afirma não poder prescindir dos animais para estudos, as leis determinam regras e punições a prática de maus tratos. A arbitrariedade das condutas traz reflexões mediante os conflitos de interesses. A lei é a determinação maior, porém prevalece os interesses sociopolíticos, a força de ação da espécie mais invasiva.

A evolução humana, o desenvolvimento social, científico tecnológico são desejados e comemorados. Com tantos recursos existentes na atualidade, diante inovações, o uso de métodos alternativos já deveria ter se tornado prática nas experimentações que movimentam o avanço da ciência. Há que se refletir sobre a necessidade do movimento em busca do novo. A vida merece prioridade em qualquer situação e para todas as espécies. O que não atende ao ser humano deve ser inaceitável para qualquer ser vivo.

Muito embora haja uma crescente preocupação e busca de modelos alternativos de pesquisa, há uma evidente necessidade de utilização de animais em diferentes distúrbios que só podem ter tratamentos validados através da utilização de modelos animais, como exemplo covid-19 (Genzel et al., 2020), esta ameaça atual e sem precedentes que o homem enfrenta a nível mundial.

4. CONSEQUÊNCIAS PELO DESCUMPRIMENTO DA LEI 11.794/2008

A Lei 11.794/2008 traz em seus artigos 17 e 18, um rol de penalidades graduais que atingem tanto às instituições quanto aos pesquisadores que transgredirem as normas estabelecidas para a manipulação de animais em experimentos científicos, dentre elas, vejamos: a) advertência, b) multa pecuniária, c) interdição temporária (relacionado à instituição), d) suspensão temporária (relacionada ao pesquisador), e) suspensão de financiamentos científicos (relacionado à instituição) e, f) interdição definitiva.

Embora estejam elencadas as sanções administrativas pelos desvios praticados, a Lei nº 11.794/2008 deixa a cargo do Decreto nº [6.899/2009](#) que a regulamenta, definir o conceito de infração administrativa e tipifica-las, *in verbis*:

Art. 46. Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão, de pessoa física ou jurídica, que viole as normas previstas na Lei no [11.794](#), de 2008, neste Decreto e demais disposições legais pertinentes, em especial:

I - criar ou utilizar animais em atividades de ensino e pesquisa científica como pessoa física em atuação autônoma;

II - criar ou utilizar animais em atividades de ensino e pesquisa científica sem estar credenciado no CONCEA ou em desacordo com as normas por ele expedidas;

III - deixar de oferecer cuidados especiais aos animais antes, durante e após as intervenções recomendadas nos protocolos dos experimentos que constituem a pesquisa ou programa de aprendizado, conforme estabelecido pelo CONCEA;

IV - deixar de submeter o animal a eutanásia, sob estrita obediência às prescrições pertinentes a cada espécie, conforme as diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia, sempre que, encerrado o experimento ou em qualquer de suas fases, for tecnicamente recomendado aquele procedimento ou quando ocorrer intenso sofrimento, ressalvada a hipótese do [§ 2o](#) do art. [14](#) da Lei no [11.794](#), de 2008;

V - realizar experimentos que possam causar dor ou angústia sem sedação, analgesia ou anestesia adequadas, ressalvada a hipótese do inciso VI;

VI - realizar experimentos cujo objetivo seja o estudo dos processos relacionados à dor e à angústia sem autorização específica da CEUA;

VII - utilizar bloqueadores neuromusculares ou relaxantes musculares em substituição a substâncias sedativas, analgésicas ou anestésicas;

VIII - reutilizar o mesmo animal depois de alcançado o objetivo principal do projeto de pesquisa;

IX - realizar trabalhos de criação e experimentação de animais em sistemas fechados em desacordo com as condições e normas de segurança recomendadas pelos organismos internacionais aos quais o Brasil se vincula;

X - realizar, em programa de ensino, vários procedimentos traumáticos num mesmo animal, sem que todos os procedimentos sejam executados durante os efeitos de um único anestésico ou sem que o animal seja sacrificado antes de recobrar o sentido;

XI - realizar pesquisa científica ou atividade de ensino reguladas por este Decreto sem supervisão de profissional de nível superior, graduado ou pós-graduado na área biomédica, conforme norma do CONCEA, vinculado a entidade de ensino ou pesquisa por ele credenciada;

XII - exercer as atividades previstas no art. 11 da Lei no 11.794, de 2008, sem a competente licença do Ministério da Ciência e Tecnologia.⁴

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender a importância de se desenvolver uma análise crítica e reflexiva sobre o uso da vida animal em experimentos científicos. Propondo refletir sobre os paradigmas que têm pautado o desenvolvimento da sociedade na atualidade. Onde para se obter o avanço tecnológico social almejado, imputar dor e sofrimento à outras espécies sejam justificativas para se chegar ao objetivo almejado.

O ser humano pode vislumbrar outras formas, outros modos e perspectivas de apropriação do conhecimento, que valorize e respeite a vida animal, mais do que um amadurecimento do olhar social, contribuir significativamente para a análise reflexiva da realidade. O uso da vida animal, principalmente em pesquisas científicas, merece estudos que tragam alternativas favoráveis para humanidade e para os animais.

A ciência alcançou muitos avanços através de seus experimentos, trazer a luz da consciência questões que pontue a vida se faz necessário em uma sociedade impulsionada pelo domínio de outras espécies. Se faz necessário criar alternativas para experimentos científicos em um contexto em que a utilização de animais em estudos científicos seja exceção e sem prejuízo para a vida animal. Proporcionando impacto positivo para a população mundial e for realizada de forma consciente e com metodologia isenta de maus-tratos, não sendo, ponto negativo em relação à proteção dos animais.

A legislação brasileira tem avançado, quanto à preocupação de regulamentar a utilização de animais em práticas didáticas ou científicas, as Leis existentes podem ser consideradas parte desse avanço. A legislação atual impõe limites à prática para criação e utilização de animais voltadas a ensino e pesquisa.

⁴ Decreto nº 6.899/2009

A proteção dos animais é bem pontuada na teoria visto que preconiza o planejamento do experimento a fim de se utilizar o menor número possível de vidas de animais e evitar estresse, dor ou sofrimento desnecessários.

O que se espera é presenciar na prática social a adesão e respeito pelas determinações explicitadas em cada linha do texto nas leis em vigor. Enquanto os animais não humanos continuarem a serem definidos como coisas, haverá dificuldade na aplicação das leis que resguardam o direito animal.

O resultado de toda essa pesquisa sobre a experimentação animal vem mostrando aspectos proeminentes, tornando-se determinante o problema moral que adquire cada vez mais discussão envolvendo a ética na pesquisa, sendo ela na bioética, ética ambiental, mas principalmente na ética animal.

Entende-se que, apesar de todo esse transtorno, a experiência realizada por meio de animais ainda é necessária na área da ciência e na pesquisa, os cientistas já buscaram novas formas de substituição desses animais, todavia, são métodos são mais caros, fato que preferem utilizar os animais, sendo esses insumos mais baratos. Os cientistas já descobriram que vários desses experimentos não levam a respostas positivas, tendo em vista que o organismo humano não corresponde igual ao organismo animal.

Por fim, como demonstrado ao longo do presente artigo, as pesquisas e os experimentos realizados em animais ainda é um assunto que traz muita polêmica, que sempre será motivo de discussões dos protetores dos animais, pesquisadores e cientistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil 1988**. Disponível em : < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em : 14 out de 2023.

BRASIL, 1998. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Diário Oficial da União em 13/02/98, seção 1, página 1.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dos crimes contra o meio ambiente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002** CODIGO CIVIL. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm> Acesso em 14 out 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.794 de 08/10/2008**. Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências.

Disponível em :

<https://legis.senado.leg.br/norma/582216#:~:text=Regulamenta%20o%20inciso%20VII%20do,1979%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=ATOR%3A%20DEPUTADO%20SERGIO%20AROUCA%20%2D%20PL%201.153%20DE%201995.>. Acesso em 14 de out. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 21.970, de 15 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos. Disponível em : <

[https://www.almg.gov.br/legislacao-](https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/21970/2016/#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20a.Art.)

[mineira/texto/LEI/21970/2016/#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20a.Art.](https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/21970/2016/#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20a.Art.)>. Acesso em 14 de out. de 2023.

<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/22231/2016/>Acesso em : 14 out de 2023.

BRASIL. **Resolução Nº 1236, de 26 de outubro de 2018**. Define e caracteriza crueldade, abuso, maus tratos. Disponível em <

https://ceuaics.ufba.br/sites/ceuaics.ufba.br/files/anexo_da_resolucao_cfmv_1236_2018.pdf>. Acesso em 14 de outubro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020**. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato. Disponível em: <

<https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1858#:~:text=DSPACE%20MJ%3A%20Lei%20n%C2%BA%2014.064%20de%2029%20de%20setembro%20de%202020&text=Abstract%3A, tratar%20de%20c%C3%A3o%20ou%20gato.>> Acesso em : 14 out de 2023.

CRIMLAB - Dicionário criminológico. Disponível em : <

<https://www.crimlab.com/dicionario-criminologico/maus-tratos-aos-animais/47>>. Acesso em 14 de out. 2023.

FREIRE, José Ednésios da Cruz; MENEZES, Lea Maria Bezerra de; GUIMARÃES, Mariana Vasconcellos. In.: Utilização de animais em pesquisas: breve revisão da legislação no Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/DZgFdNFHRnCT8ydr5Ym7Ccp/#>> Acesso em : 14 out de 2023.

ILVA, Milena Novak da IN: Situação jurídica dos animais submetidos a testes experimentais para fins científicos e estéticos no brasil. Disponível em : [situação jurídica dos animais submetidos a testes experimentais p fins científicos e estéticos no brasil \(1\).pdf](#)> Acesso em 13 de out de 2023.

KEDA, Juliana Cantidio. SMOLAREK, Bruno. In: O uso de animais em experimentos com fins científicos ou estéticos e a tutela jurídica dos animais. Disponível em : [o uso de animais em experimentos com fins científicos ou estéticos e a tutela jurídica dos animais.pdf](#)> Acesso em 13 de out 2023.

MIRA, Camilla Douza de MIRA. IN: Proteção dos animais domésticos em face da sua natureza jurídica. Disponível em : < [TCC2 - Artigo Científico - Camilla Souza de Mira 818131945 \(1\).pdf](#)> Acesso em : 13 de out de 2023.

MORALES, Marcelo Marcos. **Base Legal - Regulamentação do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA.** Disponível em: http://www.fesbe.org.br/v8/mais_info.php?id=70. Acesso em: 10 novembro. 2023.

PELUZIO, maria do Carmo Gouveia; REZENDE, Angelíca Heringer de; SABARENSE, Céphora Maria. N: Experimentação animal: ética e legislação brasileira. Disponível em: <[experimentação animal - etica e legislação brasileira.pdf](#)> Acesso em : 13 de out 2023.

SCHEFFER, Gisele Kronhardt. Maus-tratos aos animais. In.: FRANÇA, Leandro Ayres (coord.); QUEVEDO, Jéssica Velede; ABREU, Carlos A F de (orgs.). **Dicionário Criminológico**. Porto Alegre: Editora Canal de Ciências Criminais, 2020. Disponível em: <https://www.crimlab.com/dicionario-criminologico/maus-tratos-aos-animais/47>. ISBN 978-85-92712-50-1.

STEFANELLI, Lúcia Cristiane Juliato. In: Experimentação animal: considerações éticas, científicas e jurídicas. Disponível em: [experimentação animal - considerações éticas científicas e jurídicas.pdf](#)> Acesso em : 13 de out 2023.

TRIPP, David. In.: **Pesquisa–ação: uma introdução metodológica**. Educ. Pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 3, Dec. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci-arttext&pid=S1517-97022005000300009&lng=en&nrm=isso>>. Acesso em: 14 Out 2023.

VICENTE, Alexandre Meloni; COSTA, Maria Conceição da. In: Experimentação animal e seus limites: core set e participação pública. Disponível em: < [experimentação animal e seus limites.pdf](#)> Acesso em : 13 de out. 2023.